

EMBAIXADA DO BRASIL EM MANÁGUA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR LUÍS CLÁUDIO VILLAFANE GOMES SANTOS

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão:

INTRODUÇÃO

O período em que chefei a Embaixada do Brasil em Manágua, de março de 2017 até o presente, pode ser enquadrado entre os mais conturbados história da Nicarágua. Assim, as relações Brasil-Nicarágua não puderam deixar de sofrer reflexos das vicissitudes da evolução interna do país.

POLÍTICA INTERNA

2. A eleição de Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), para seu terceiro mandato consecutivo de presidente (ocupara o cargo antes entre 1985-1990) em 2016, nesta oportunidade tendo como companheira de chapa sua esposa Rosario Murillo, esteve cercada de controvérsias. Ademais de proibir a observação eleitoral por parte da OEA, da União Europeia e por instituições independentes como o Centro Carter, às vésperas do pleito o candidato da oposição melhor situado nas pesquisas acabou inabilitado por decisão administrativa da Suprema Corte Eleitoral, controlada pelo sandinismo.

3. Para mitigar as críticas da comunidade internacional, no correr de 2017 a Nicarágua assinou convênio com a OEA para assistência no aperfeiçoamento da democracia no país, o que permitiu o envio de missão de observação eleitoral da OEA e observadores da União Europeia ao pleito municipal de novembro daquele ano. A FSLN obteve uma vitória esmagadora, ganhando em 135 dos 153 municípios, inclusive na capital. As eleições foram consideradas regulares pelo chefe da missão da OEA, a despeito de dificuldades pontuais e de conflitos localizados. O convênio com a OEA previa um trabalho conjunto com o Poder Eleitoral nicaraguense para melhorar as condições de transparência e equilíbrio da eleição para presidente e para a Assembleia Nacional em 2021.

4. A situação parecia se encaminhar para algum tipo de acomodação interna e para eleições mais justas e competitivas em 2021. Essa tendência, contudo, foi interrompida em abril de 2018 quando a repressão, por militantes da FSLN, de um pequeno protesto contra reforma da previdência resultou em feridos e gerou novos protestos, reprimidos com crescente violência até que chegaram a cobrar vítimas fatais. Desatou-se então uma espiral de protestos cada vez mais fortes, com a ocupação de universidades e prédios públicos, marchas multitudinárias, barricadas em ruas e rodovias. Iniciou-se uma negociação mediada pela Igreja Católica, entre o Governo e um heterogêneo grupo de empresários, estudantes, representantes da sociedade civil, do movimento camponês e dos sindicatos não alinhados à FSLN que se autodenominou "Aliança Cívica para a Justiça e Democracia" (ACJD). A oposição exigia a investigação e punição dos excessos cometidos pela polícia e paramilitares, o adiamento das eleições de 2021, que deveriam ser realizadas em condições de transparência e com observação internacional, e, no limite, pediam a

renúncia imediata do Presidente e da Vice-Presidente. Após meses de pequenos avanços, o diálogo foi abandonado pelo Governo que recorreu à violência da polícia – apoiada em muitos casos por forças paramilitares – para desalojar as universidades e prédios ocupados, desfazer as barricadas em ruas e estradas e passou a coibir qualquer manifestação.

5. De acordo com dados da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, esse processo de repressão das manifestações de 2018 teria cobrado a vida de pelo menos 350 pessoas, e deixado milhares de feridos e dezenas de milhares de refugiados. Além disso, centenas de opositores foram presos.

6. No início de 2019, houve uma segunda tentativa de negociação entre o Governo e a oposição. O chamado "segundo diálogo nacional" não contou mais com a Igreja como mediadora, mas teve como "testemunhas" o Núncio Apostólico em Manágua e um representante do Secretário-Geral da OEA, sendo a oposição outra vez representada pela ACJD. Como na primeira tentativa, o novo diálogo arrastou-se por alguns meses sem muitos avanços e, em junho, depois de abandonar a mesa de negociações, o Governo fez aprovar uma lei de anistia que permitiu a liberação dos opositores que ainda se encontravam presos (a maior parte fora liberada no início desse segundo processo de diálogo) e, em contrapartida, sepultou a possibilidade de investigação e punição dos atos de violência de 2018. As reuniões de opositores, mesmo em locais fechados ou residências particulares, passaram a ser vigiadas e reprimidas. O acordo com a OEA para o aperfeiçoamento da democracia na Nicarágua caducou e não foi renovado.

7. No correr de 2020, mesmo com a economia debilitada como decorrência da crise política e da pandemia de covid-19, a situação parecia se acomodar e a oposição passou a buscar uma candidatura comum para enfrentar o candidato da FSLN no pleito de 2021. Dividida, desarticulada e sem lideranças claras, mesmo sem qualquer ação direta do Governo, a oposição nicaraguense, no início de 2021, parecia destinada a se apresentar com, ao menos, dois ou três postulantes contra o candidato da FSLN. Na medida em que, pelas regras em vigor, não há segundo turno nas eleições presidenciais, o presidente Daniel Ortega aparecia como favorito para uma quarta vitória. A maioria qualificada, inclusive para mudanças constitucionais, que a FSLN dispõe hoje na Assembleia Nacional, contudo, estaria seriamente ameaçada.

8. A partir de setembro de 2020, tendo em vista as eleições de 2021, o governo fez aprovar uma série de leis e reformas legislativas para restringir ainda mais a oposição e controlar o processo eleitoral. Com base nessas leis, vários jornalistas, empresários, opositores e potenciais candidatos à presidência (inclusive, Cristiana Chamorro, filha da ex-presidente Violeta Chamorro) foram presos inicialmente por 90 dias "para investigação" (em poucos casos em prisão domiciliar) e agora seguem em prisão preventiva, acusados de delitos que vão de lavagem de dinheiro a traição da pátria.

9. Mais de uma centena de opositores políticos, entre os quais sete pré-candidatos a presidente, foram detidos pelo regime de Ortega entre maio e setembro de 2021. A maioria desses detentos foram declarados réus pela justiça nicaraguense. Parte deles responderá por crime de lavagem de dinheiro proveniente do exterior e parte pelo crime de conspiração.

10. Findo o prazo para a apresentação de candidaturas, a FLSN confirmou que voltará a concorrer com a chapa Daniel Ortega-Rosario Murillo no pleito de 7 de novembro próximo. Com a prisão dos principais pré-candidatos da oposição, os candidatos presidenciais alternativos são figuras pouco conhecidas e sem experiência política, com chances ínfimas de vencer o pleito, e, ademais, concorrendo por partidos notoriamente colaboracionistas com o governo.

11. Além dos cargos de presidente e vice-presidente, serão disputados nas eleições deste ano 20 mandatos de deputado nacional, 70 de deputado departamental e das regiões autônomas e 20 de deputado do Parlamento Centro-Americano (PARLACEN). Pela legislação vigente, o segundo candidato presidencial mais votado recebe uma cadeira no parlamento unicameral, que conta, portanto, com 91 deputados.

POLÍTICA EXTERNA

12. A grave crise política pela qual a Nicarágua passa desde 2018 tem exercido impacto relevante na inserção internacional do país. Afora seus tradicionais aliados, notadamente Cuba e Venezuela, o regime sandinista vem enfrentando progressivo isolamento externo, cuja face mais ostensiva – para além das condenações em foros multilaterais, com destaque para a OEA e o Conselho de Direitos Humanos da ONU – é a recorrente aplicação de sanções, em especial pelos Estados Unidos e a União Europeia e, em menor medida, por Canadá, Suíça e Reino Unido.

13. As sanções aplicadas pelos vários atores internacionais têm impacto limitado na economia da Nicarágua pois estão dirigidas, em geral, apenas contra indivíduos. Elas, em consequência, não se têm mostrado capazes de ocasionar mudanças no quadro político da Nicarágua. Até o momento não se tem conhecimento de qualquer ação do governo nicaraguense no sentido de retomar o diálogo com a oposição, reformar seu sistema político ou libertar presos políticos.

14. Em razão de seu isolamento internacional, a Nicarágua tem procurado diversificar suas relações externas, buscando alternativas ao grande peso relativo dos Estados Unidos na América Central, bem como ao papel da União Europeia em iniciativas de cooperação. Nesse contexto, aprofundou seus laços com Venezuela e Cuba, no âmbito da ALBA, assim como tem buscado o apoio da Federação Russa, do Irã e da Turquia, principalmente.

15. Sendo um dos poucos países do globo que ainda reconhecem Taiwan, a Nicarágua tem-se beneficiado da cooperação formosina, que, com a retração de outros parceiros tradicionais como a UE e os EUA, transformou-se na principal fonte de cooperação bilateral, cujo aporte não reembolsável já se aproxima a US\$ 25 milhões anuais.

16. Apesar dessa estratégia de diversificação, os Estados Unidos seguem no papel de principal parceiro comercial e inescapável referência da política externa da Nicarágua.

ECONOMIA

17. Na difícil década de 1980, a economia foi desorganizada pela mudança de orientação política trazida pelos governos sandinistas, entre 1979 e 1990, e o país enfrentou uma virtual guerra civil, com apoio a partir do estrangeiro à chamada "contra". Após esse período, com a vitória de Violeta Chamorro nas eleições de 1990, a Nicarágua retomou políticas pró-mercado e foi, paulatinamente, revertendo grande parte das estatizações e regulações impostas durante a década sandinista. Pouco a pouco a estagnação econômica, a persistente hiperinflação e as sucessivas quedas no PIB, que marcaram a década de 1980, foram sendo superadas.

18. Essa orientação pró-mercado manteve-se nos governos de Arnoldo Alemán (1997-2002) e Enrique Bolaños (2002-2007) e, em sua essência, não foi revertida com a volta de Daniel Ortega e da FSLN ao poder em 2007. Ao retomar a presidência, Ortega encontrou um país que desde 1994 crescia a taxas quase sempre superiores a 4% ao ano e manteve, a despeito da retórica em contrário, as políticas de livre mercado herdadas de seus antecessores.

19. Mesmo depois da longa série de anos de crescimento acentuado, a Nicarágua figura como o segundo país mais pobre das Américas, atrás apenas do Haiti. No último ranking do IDH, publicado em 2020, a Nicarágua figurou em 128º na lista, abaixo do que ficara no ano anterior (126º). O desemprego e o subemprego são problemas crônicos enfrentados pelo país. Apenas em 2016 o PIB per capita da Nicarágua superara o valor (atualizado) que tinha em 1978, último ano da era Somoza. Hoje, com a retração econômica, outra vez esse indicador voltou a ser inferior ao que fora alcançado na era Somoza. Evidentemente, agora a Nicarágua possui uma população muito maior e desfruta de uma distribuição de riqueza menos desigual, ainda que siga sendo bastante desigual.

20. A conjuntura de crise política, desde 2018, interrompeu bruscamente a tendência de crescimento da economia nicaraguense. Em 2015, o crescimento anual do PIB fora de 4,8%, valor que oscilou para 4,6%, em 2016, e os mesmos 4,6%, em 2017. Já em 2018, o PIB sofreu uma queda de 3,4 %, e novas quedas de 3,7%, em 2019, e 2,0%, em 2020.

21. Com a crise, os investimentos estrangeiros foram paralisados, a atividade turística reduziu-se a quase zero (perda de US\$ 420 milhões em receita e de 130 mil empregos, apenas em 2018), e o comércio e a construção civil foram igualmente prejudicados. Projeções do governo nicaraguense para 2021 indicam crescimento do PIB de 2,5%, devido a incremento dos gastos públicos, das remessas, dos investimentos estrangeiros diretos e das exportações.

22. A pressão internacional, em especial dos Estados Unidos, é fator que agrava a situação econômica do país, muito dependente de créditos das agências internacionais (Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Banco Mundial, Banco Centroamericano de Integración Económica - BCIE), da cooperação e de doações internacionais.

23. De maneira geral, têxteis e vestuário respondem por cerca de um terço das exportações nicaraguenses. Outra parte importante da economia da Nicarágua é baseada no setor agrícola e a mineração. Este ano, o minério de ouro tornou-se o principal produto da pauta de exportação. Os principais produtos agrícolas são o café, a carne, o algodão e a banana. As florestas cobrem quase

a metade do território do país, abrindo espaço para a exploração de madeira e de outros bens relacionados. Outra fonte significativa de divisas são as remessas de emigrantes, que respondem em média por cerca de 13% do PIB.

24. A Nicarágua possui tratados de livre comércio com o México, Chile, Panamá, República Dominicana e acordos preferenciais com a União Europeia, Canadá, Colômbia e Venezuela. Com os Estados Unidos, está em vigor desde 2006 o acordo de livre comércio firmado juntamente com os demais países da América Central (CAFTA-DR). A Nicarágua participa, ainda, do acordo de associação da América Central com a União Europeia.

COMÉRCIO BILATERAL

25. Tendo em vista as dificuldades de comunicação direta, o reduzido tamanho do mercado nicaraguense e a pouca competitividade dos produtos nicaraguenses no mercado brasileiro, o comércio Brasil-Nicarágua é modesto, estruturalmente desequilibrado em favor do Brasil e concentrado, de lado a lado, em poucos produtos. Como resultado da crise política e da emergência sanitária no país centro-americano, o total comercializado entre os dois países vem-se reduzindo de forma significativa. Com a retomada da economia nicaraguense, prevista já para 2021 e mais fortemente a partir de 2022, a expectativa é de que essa tendência negativa se reverta.

26. Em 2017, o fluxo total de comércio alcançou US\$ 116,7 milhões, respondendo as exportações brasileiras para a Nicarágua por US\$ 113,7 milhões desse total. No ano seguinte, houve uma pequena variação negativa para US\$ 113,9 milhões no total do comércio, com US\$ 94,8 milhões de exportações brasileiras.

27. Em 2019, o fluxo de comércio bilateral totalizou US\$ 73,6 milhões. As exportações brasileiras somaram US\$ 69,5 milhões, ao passo que as importações brasileiras totalizaram US\$ 4,1 milhões. A balança bilateral registrou superávit para o Brasil de US\$ 65,4 milhões.

28. A pauta exportadora para a Nicarágua foi composta, naquele ano, de milho não moído (39%); máquinas agrícolas (6,9%); café torrado, extratos, essências e concentrados de café (3,1%); e tratores (3%). A pauta importadora compôs-se sobretudo de resíduos de metais de base não ferrosos e de sucata (53%); calçados (17%); frutas, preservados e preparações (10%); e matérias brutas de animais (7%).

29. Em 2020, o fluxo de comércio bilateral totalizou US\$ 64, milhões (decréscimo de 13% em relação a 2019). As exportações brasileiras somaram US\$ 62 milhões (queda de 10%), ao passo que as importações brasileiras totalizaram US\$ 2 milhões (queda de 63%). A pauta exportadora para a Nicarágua no período foi composta de arroz (14,7%) milho (9,1%); café torrado, extratos, essências e concentrados de café (8,2%); máquinas e aparelhos para colheita (6,8%) e tratores (4,8%). A pauta importadora foi composta sobretudo de resíduos de alumínio (53,5%); roupas e calçados (12,1%) e charutos, cigarilhas e cigarros de tabaco (10,1%).

RELAÇÕES BILATERAIS

30. Quando assumi a chefia da Embaixada, em março de 2017, o presidente Daniel Ortega recém iniciara seu terceiro mandato consecutivo. As relações bilaterais haviam sofrido abalo, em 2016, por conta da reação nicaraguense à mudança política no Brasil, marcada pela participação do país em gestos coletivos de repúdio dos países da ALBA na OEA e na ONU. Ademais, era visível a frustração pelo cancelamento da participação brasileira no projeto da hidrelétrica de Tumarín, que teria representado o maior investimento direto estrangeiro da história da Nicarágua (US\$ 1,2 bilhões). Não chegou a se concretizar o contrato de financiamento do BNDES, tendo a ELETROBRAS e a empresa Queiroz Galvão retirado-se do projeto sem que se tenham iniciado as obras da represa. Do lado brasileiro, havia desconforto com a pouca transparência com que fora conduzida a eleição de 2016 na Nicarágua.

31. No curso de 2017, a normalidade das relações bilaterais foi sendo restabelecida com gestos que incluíram desde a doação de medicamentos à assinatura de acordo para isenção de vistos de turismo e negócios entre os dois países, concluído por troca de notas em 20 de novembro de 2017. Desenvolviam-se, ainda, programas de cooperação técnica nas áreas de saúde, preservação do meio ambiente, saneamento básico e recursos hídricos. Na área cultural, com o apoio da Embaixada, a língua portuguesa passou a ser ensinada em algumas das principais universidades do país. Também com a colaboração da Embaixada, a Câmara de Comércio Brasil-Nicarágua estava em processo de reorganização.

32. A retomada das relações bilaterais em todas suas dimensões foi interrompida com a crise política iniciada em 2018 e ainda não superada. Os projetos de cooperação técnica em curso chegaram a seu fim sem que se acordassem novas iniciativas, não foram programadas visitas de alto nível e a negociação de acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Nicarágua não chegou a ser iniciada. Também por conta da própria “debacle” econômica criada pela crise política e, depois, pelos efeitos da pandemia de covid-19, o comércio bilateral se ressentiu, nenhuma nova iniciativa de investimento direto brasileiro se verificou e os fluxos turísticos desde e para o Brasil praticamente se paralisaram.

33. As relações bilaterais chegaram a um ponto de grande tensão por conta do assassinato de cidadã brasileira em 2018, ocasião em que ambos os países chamaram os respectivos Embaixadores para consultas nas capitais.

34. O Brasil tem privilegiado o tratamento da crise nicaraguense no âmbito da OEA, mantendo-se as relações propriamente bilaterais em compasso de espera até que se alcance alguma forma de acomodação interna.

35. Em notas à imprensa (28/5, 18/6, 15/7, 24/7, 25/7 e 17/12/2018; 16/4 e 25/7/2019; 22/12/2020), que obtiveram expressiva repercussão na mídia nicaraguense, o governo brasileiro condenou de modo veemente as situações de violência e intimidação – com uso desproporcional da força contra a população civil – bem como a perseguição sistemática às entidades de defesa dos direitos humanos e a meios de comunicação. Instou também o governo da Nicarágua a restabelecer a convivência pacífica, o funcionamento das instituições democráticas e o diálogo nacional. A mais recente nota ("Defesa da Restauração da Democracia na Nicarágua"), publicada em 22/12/2020,

defende a implementação de reformas eleitorais que conduzam a eleições livres, justas, competitivas e legítimas, com observação eleitoral internacional independente.

COMUNIDADE BRASILEIRA E TEMAS CONSULARES

36. A crise que se instaurou na Nicarágua desde 2018 levou muitos residentes estrangeiros a deixarem o país, fenômeno que se repetiu também na comunidade brasileira. Estimada até 2017 em aproximadamente 400 pessoas, calcula-se hoje, com base nos contatos mantidos pelo setor consular da Embaixada e na demanda por serviços consulares, que não haja mais do que 300 brasileiros residentes na Nicarágua. Dos 259 brasileiros registrados quando assumi o posto, apenas 146 continuam residindo no país. Hoje, há 129 eleitores inscritos.

37. A comunidade brasileira encontra-se dispersa pelo país, com um contingente considerável de missionários, de diferentes denominações religiosas, que deve totalizar quase uma centena de pessoas, incluídos seus familiares. A maioria dos brasileiros, contudo, é de cônjuges de nicaraguenses (muitos ex-estudantes) que vieram radicar-se na Nicarágua.

38. Quando das eleições brasileiras de 2018 havia 127 eleitores habilitados a votar na Nicarágua e, destes, 62 votaram no primeiro turno, e 69, no segundo turno.

39. Em março de 2020, como consequência da pandemia do coronavírus, as empresas aéreas comerciais cancelaram seus voos para a Nicarágua. Ao mesmo tempo, Honduras e Costa Rica fecharam suas fronteiras terrestres, provocando o isolamento total da Nicarágua sem que o governo local tivesse adotado qualquer medida restritiva de circulação de pessoas. Apenas três cidadãos brasileiros, um deles com cônjuge estrangeira, solicitaram apoio da Embaixada para deixar o país e retornar ao Brasil. Os quatro puderam ser embarcados no início de abril, no voo de resgate humanitário organizado pelo Itamaraty, para a América Central.

40. Posteriormente, surgiram pontualmente alguns outros brasileiros que se declararam impedidos de deixar o país por falta de voos e com dificuldades financeiras para se manter na Nicarágua. Os mais necessitados receberam apoio da Embaixada até o restabelecimento dos voos comerciais no segundo semestre.

41. A questão mais delicada ocorrida na área consular durante minha gestão foi, contudo, o assassinato da cidadã brasileira Raynéia Lima, em 23 de julho de 2018. No quadro de violência generalizada então prevalente, outros estrangeiros, inclusive dois cidadãos estadunidenses, já tinham sido assassinados em incidentes que nunca chegaram a ser devidamente investigados. Pressionadas pela Embaixada, as autoridades nicaraguenses identificaram e prenderam o autor do crime, Adán Gutiérrez Solís. Réu confesso, foi processado, julgado e condenado a 14 anos de prisão por homicídio e 1 ano adicional por porte de arma privativa das forças armadas. A Embaixada prestou, ademais, apoio nos trâmites para a repatriação do corpo, custeada pelo governo do estado de Pernambuco. O criminoso, contudo, foi incluído na anistia decretada em meados de 2019 e, hoje, encontra-se em liberdade.